

EXERCÍCIO DO DIREITO DE NÃO ESTAR SUJEITO A DECISÕES INDIVIDUAIS AUTOMATIZADAS

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Nome / Razão social: Endereço do escritório / Serviço perante o qual se exerce o direito de acesso: Rua n° C.Postal Local Região Comunidade Autônoma

DADOS DA PARTE AFETADA OU DO REPRESENTANTE LEGAL

Sr./ Sra.
....., maior de idade, domiciliado em Rua
..... n°, Cidade
..... Província Código Postal Comunidade Autônoma ... com CNH....., com e-mail.....por meio desta carta você exerce o direito de não estar sujeito a decisões individuais automatizadas previsto no artigo 22 do Regulamento da UE 2016/679, Proteção Geral de Dados (RGPD).



SOLICITAÇÕES DE:

Não ser objeto de uma decisão baseada exclusivamente no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos jurídicos ou me afete significativamente de forma semelhante, nomeadamente nos seguintes aspetos:

Que sejam tomadas as medidas necessárias para salvaguardar os meus direitos e liberdades, bem como os meus interesses legítimos, o direito à intervenção humana e que possa apresentar o meu ponto de vista e impugnar a decisão, tudo isto no caso de o processamento do meu dados As informações pessoais são baseadas na execução ou execução de um contrato, ou no meu consentimento explícito.

Que minha solicitação seja atendida nos termos estabelecidos acima no prazo de um mês.

Recomenda-se que acompanhe este formulário com um documento detalhando todas as informações que lhe permitem identificar o objeto da sua reclamação.

Em às de de 20.....

Assinado



INSTRUÇÕES

1. Este modelo será utilizado pelo afetado quando este não desejar ser objeto de uma decisão baseada exclusivamente em tratamento automatizado, incluindo perfilamento, que produza efeitos jurídicos ou o afete.

Também será utilizado para os fins em que o tratamento se baseie na celebração ou execução de um contrato, ou no consentimento explícito da parte afetada, a fim de adotar as medidas necessárias para salvaguardar seus direitos e liberdades, bem como seus legítimos interesses o direito à intervenção humana e que possam apresentar seu ponto de vista e contestar a decisão.

2. O requerente deve estar suficientemente identificado na candidatura, que deve ser assinada. Se o pedido for feito por terceiro, a representação por ele concedida deverá ser devidamente credenciada. Deve-se saber que, quando o responsável pelo tratamento tiver dúvidas razoáveis quanto à identidade da pessoa singular que faz o pedido, pode solicitar que sejam fornecidas as informações adicionais necessárias para confirmar a sua identidade.

3. A Agência Espanhola de Proteção de Dados não dispõe dos seus dados pessoais e só pode fornecer os contactos dos Delegados de Proteção de Dados das entidades obrigadas a designar um que tenha comunicado a sua nomeação à Agência. Você também pode fornecer esses detalhes de contato em relação às entidades que designaram um Delegado voluntariamente e o comunicaram.

4. O titular dos dados pessoais objecto de tratamento deve dirigir-se directamente ao organismo, empresa ou profissional, público ou privado, que suponha ou tenha a certeza de possuir os seus dados.

5. Para que a Agência Espanhola de Proteção de Dados processe sua



reclamação caso sua solicitação para exercer o direito de não estar sujeito a decisões individuais automatizadas, incluindo a criação de perfis, não tenha sido atendida, é necessário que o responsável não tenha respondido ao seu pedido no prazo de um mês e forneça um dos seguintes documentos:

- A negação do controlador de dados ao direito de não estar sujeito a decisões individuais automatizadas, incluindo a criação de perfis.
- Cópia carimbada pelo controlador de dados do formulário de solicitação para não estar sujeita a decisões individuais automatizadas, incluindo criação de perfis.
- Uma cópia do formulário de pedido de exercício do direito de não estar sujeito a decisões individuais automatizadas, incluindo perfilamento, carimbado pelos correios ou uma cópia do recibo da remessa por carta registrada.
- Qualquer outro meio de prova fornecido pelo responsável pelo tratamento e do qual possa ser deduzida a recepção do pedido.